

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1. Saúde	17
1.1. Saúde líquida.....	19
1.2. Governança na gestão da Saúde	21
1.3. Medicina Baseada em Evidências.....	23
1.4. Saúde ou publicidade. Qual é a prioridade?.....	26
1.5. O que é mais importante: pesquisa ou marketing em Saúde?	29
1.6. Limites ao ato médico	31
1.7. Novas regras para registro de medicamentos	34
1.8. Sistema Nacional de Controle de Medicamentos.....	35
1.9. Diálogos constitucionais na Saúde.....	37
1.10. Precificação das tecnologias em Saúde	40
1.11. Ciclo de vida das tecnologias em Saúde	41
CAPÍTULO 2. Direito à Saúde	43
2.1. O Direito à Saúde na perspectiva do Min. Teori Zavascki.....	45
2.2. O Direito à Saúde na sociedade de austeridade	54
2.3. O Direito à Saúde no Novo Regime Fiscal.....	57
2.4. Reajuste de plano de saúde em razão da idade.....	59
2.5. O SUS é bom pra cachorro?.....	61
2.6. Carta de Vitória é importante instrumento para a concretização do Direito à Saúde	64
2.7. O Direito à Saúde é um direito absoluto?.....	69
2.8. Equilíbrio nas relações entre consumidor e operadora de plano de saúde	73
2.9. Direito Baseado em Evidências – DBE	77
2.10. Direito Administrativo Sanitário	79
2.11. Lei de Roemer e o Direito à Saúde	87
2.12. Direito Farmacêutico	89

CAPÍTULO 3. Judicialização da Saúde..... 91

3.1. A judicialização é o remédio para a Saúde?.....	93
3.2. É possível cobrar dos entes públicos as despesas com tratamento médico particular?.....	95
3.3. Judicialização da Saúde e prisão de gestor	100
3.4. TJSC passa a exigir hipossuficiência econômica na judicialização da Saúde.....	102
3.5. Abuso do direito de ação pode gerar dano à Saúde e indenização	105
3.6. Judicialização de OPMes	107
3.7. O Judiciário na execução de políticas de Saúde	109
3.8. Dano moral na judicialização da Saúde.....	113
3.9. Efeitos da revogação da tutela antecipada na judicialização da Saúde.....	118
3.10. Cabe Mandado de Segurança para pedir medicamento?	123
3.11. Excepcionalidade de perícia nas ações de medicamentos .	128
3.12. Comitês de Saúde do Conselho Nacional de Justiça – CNJ ..	130

CAPÍTULO 4. A Judicialização da Saúde no Século XXI.....135

4.1. A judicialização da Saúde no STF em 2017.....	137
4.2. STF fixa novos parâmetros para a judicialização da Saúde..	139
4.3. Números atualizados da Judicialização da Saúde no Brasil..	142
4.4. Concerto processual na judicialização da Saúde.....	145
4.5. Slow medicine e slow judicial review	147
4.6. Teoria da decisão na judicialização da Saúde.....	150
4.7. Tribunais Federais aplicam Direito Baseado em Evidências Científicas – DBEV.....	153
4.8. Conciliação e mediação nos conflitos sobre direito à Saúde.....	157
4.9. Novos enunciados fomentam a resolução extrajudicial de conflitos em Saúde.....	159
4.10. CNJ publica novas regras para a judicialização da Saúde ...	164
4.11. Novas súmulas sobre a judicialização da Saúde	167
4.12. Teoria da decisão judicial e critérios para admissão em UTI.....	168

4.13. Nova posição sobre a hipossuficiência financeira na judicialização da saúde	171
4.14. Inseminação artificial na Saúde suplementar	175
4.15. Prevenção e precaução no Direito e na judicialização da Saúde	178
4.16. <i>Forum shopping</i> na Judicialização da Saúde.....	180
4.17. Cumprimento das decisões judiciais sobre medicamentos	181
4.18. Charlie e o Direito à Saúde.....	184
4.19. A judicialização da Saúde e a Inteligência Artificial.....	186
4.20. O futuro da judicialização da Saúde.....	188
Referências Bibliográficas	191